



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDITAL Nº 03/2016 – DRH – SELAP – RECSEL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE

CARGO 07

Assessor Judiciário

Classe "P" (TJM)

MATÉRIA	QUESTÕES	PONTUAÇÃO
Língua Portuguesa	01 a 24	24 pontos
Conhecimentos Específicos	25 a 56	32 pontos
Tópicos de Legislação	57 a 70	14 pontos
Microinformática	71 a 80	10 pontos



DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____





FAURGS
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

INSTRUÇÕES

- 1 Esta PROVA consta de **80** (oitenta) questões objetivas.
- 2 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 3 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada com caneta esferográfica, preferencialmente, de tinta azul, na FOLHA DE RESPOSTAS. Não será permitido o uso de lápis, marca-textos, lapiseira/grafite, régua e/ou borracha durante a realização da Prova.
- 4 Os candidatos que comparecerem para realizar as Provas **não deverão portar** armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, **telefones celulares**, *pen drives*, chaves com alarmes de carro ou quaisquer aparelhos eletrônicos similares, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, lenços, aparelhos auditivos (à exceção de candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência auditiva, ou de candidato que solicitou atendimento especial, conforme subitem 3.2.5), óculos escuros (à exceção de candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência visual, ou de candidato que solicitou atendimento especial, conforme subitem 3.2.5), ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, sob pena de serem excluídos do Concurso. **Os relógios serão permitidos, mas deverão ser mantidos sobre a mesa de realização da Prova.** (Conforme subitem 4.2.10 do Edital de Abertura)
- 5 A duração da Prova é de **quatro horas (4h)**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 6 O candidato somente poderá se retirar da sala de Prova uma hora (1h) após o seu início. Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Objetiva, o candidato somente poderá se retirar da sala de Prova três (3) horas após o início. O candidato não poderá anotar/copiar o gabarito de suas respostas de Prova. (Conforme subitem 4.2.15 do Edital de Abertura)
- 7 O candidato que se retirar da sala de Prova, ao concluí-la, não poderá utilizar os sanitários nas dependências do local de Prova. (Conforme subitem 4.2.16 do Edital de Abertura)
- 8 Ao concluir a Prova, o candidato deverá devolver ao Fiscal da sala a FOLHA DE RESPOSTAS. Se assim não proceder, será excluído do Concurso. (Conforme subitem 4.2.17 do Edital de Abertura)
- 9 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a exclusão do candidato do concurso.



Instrução: As questões **01** a **06** referem-se ao texto abaixo.

Videiras de Cristal

01. Bem mais tarde, quando o dormitório coletivo
 02. envolvia-se nas sombras e _____ apenas os rancos
 03. e os espaçados gemidos dos enfermos permeando o
 04. calor rançoso das respirações, Jacobina e Ana Maria
 05. Hofstätter estavam à janela, olhando as luzes da cidade:
 06. pouco a pouco se apagavam, e a fímbria de pontos
 07. luminosos às margens do rio _____ num cordão
 08. móvel, de uma sinuosidade ágil, como se alguém
 09. inconstante traçasse sucessivas linhas de um contorno.
 10. Haviam dividido o pão da avó Müller e o mastigavam
 11. sem fome.
 12. – Nunca aceite nenhuma violência – disse Jacobina,
 13. despertando de uma longa mudez. Aceitar a violência
 14. é negar a própria vida. Aqueles homens que violaram
 15. você ao lado da cruz, eles um dia pagarão.
 16. Ana Maria estremeceu. Desde o acontecimento do
 17. arroio nunca mais falaram no assunto.
 18. – A senhora acha que um dia eu vou casar?
 19. Ana Maria sentiu logo que não deveria perguntar isso.
 20. – Por que não? Irá casar, igual a Maria Sehn. –
 21. Jacobina voltou os olhos para Ana Maria. – Sei o que
 22. você está pensando. Mas uma coisa eu lhe asseguro:
 23. você é tão virgem como Maria Sehn era antes do
 24. casamento.
 25. Só, em sua cama, enrolada no exíguo cobertor
 26. que _____ os pés de fora e batendo o queixo de
 27. frio, Ana Maria pensava no jovem Haubert. Sempre
 28. acompanhando o tutor Robinson o Ruivo, Haubert
 29. foi ocupando um lugar no Ferrabrás, e não apenas nos
 30. corações dos chefes. Jovem como uma figueira de um
 31. ano, tinha o olhar caído e triste de um homem de
 32. quarenta. Gostaria que ele estivesse ali, junto com
 33. elas. Ele as protegeria. E adormeceu pensando: a
 34. saudade é a verdadeira medida do amor.

Adaptado de ASSIS BRASIL, L. A. *Videiras de Cristal*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. 5ª edição. Páginas 211-212.

01. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das linhas 02, 07 e 26 do texto, respectivamente.

- (A) ouvia-se – transformava-se – deixavam
 (B) ouviam-se – transformavam-se – deixava
 (C) ouvia-se – transformava-se – deixava
 (D) ouviam-se – transformava-se – deixava
 (E) ouvia-se – transformavam-se – deixavam

02. Assinale **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) nas afirmações a seguir.

- () Na oração ***o mastigavam sem fome*** (l. 10-11), o sujeito é indeterminado e o objeto direto é expresso pelo pronome ***o***.
 () Na oração ***uma coisa eu lhe asseguro*** (l. 22), o sujeito é o pronome ***eu***, o objeto direto é ***uma coisa*** e o objeto indireto é expresso pelo pronome ***lhe***.
 () Na oração ***Ele as protegeria*** (l. 33), o sujeito é o pronome ***Ele*** e o objeto direto é expresso pelo pronome ***as***.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – V.
 (B) V – F – F.
 (C) F – V – V.
 (D) F – V – F.
 (E) V – V – V.

03. Assinale a alternativa que apresenta sinônimos das palavras ***permeando*** (l. 03), ***fímbria*** (l. 06) e ***exíguo*** (l. 25), tais como foram empregadas no texto.

- (A) atravessando – orla – pequeno.
 (B) trancando – montanha – apertado.
 (C) aguçando – quantidade – precário.
 (D) transpassando – maré – exímio.
 (E) assimilando – linha – enxuto.

04. O autor do texto usa o pronome ***você*** ao invés do pronome ***tu*** na narrativa. Se, ao invés disso, o pronome escolhido fosse ***tu***, várias frases do texto teriam de ser alteradas para fins de concordância. Assinale a alternativa que apresenta uma frase correspondente que contém erro gramatical, caso o pronome usado no texto fosse ***tu***, em vez de ***você***.

- (A) ***Nunca aceite nenhuma violência*** (l. 12).
Nunca aceites nenhuma violência.
 (B) ***Aqueles homens que violaram você ao lado da cruz, eles um dia pagarão.*** (l. 14-15).
Aqueles homens que te violaram ao lado da cruz, eles um dia pagarão.
 (C) ***Por que não? Irá casar, igual a Maria Sehn.*** (l. 20).
Irás casar, igual a Maria Sehn.
 (D) ***Sei o que você está pensando.*** (l. 21-22).
Sei o que tu estás pensando.
 (E) ***Mas uma coisa eu lhe asseguro: você é tão virgem como Maria Sehn era antes do casamento.*** (l. 22-24).
Mas uma coisa eu lhe asseguro: tu és tão virgem como Maria Sehn era antes do casamento.

05. Considere as seguintes afirmações.

- I - Se a frase ***Nunca aceite nenhuma violência*** (l. 12) estivesse em discurso indireto, seria escrita como **Jacobina disse a Ana Maria que nunca aceitasse nenhuma violência.**
- II - Se a frase ***A senhora acha que um dia eu vou casar?*** (l. 18) estivesse em discurso direto, seria escrita como **Ana Maria perguntou se Jacobina achava que um dia eu casaria.**
- III - Se a frase ***Irá casar, igual a Maria Sehn*** (l. 20) estivesse em discurso indireto, seria escrita como **Jacobina disse a Ana Maria que ela iria casar, igual a Maria Sehn.**

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
 (B) Apenas I e II.
 (C) Apenas I e III.
 (D) Apenas II e III.
 (E) I, II e III.

06. Assinale a única alternativa em que a partícula **que** desempenha a mesma função sintática do **que** em ***Aqueles homens que violaram você ao lado da cruz, eles um dia pagarão*** (l. 14-15).

- (A) **que** (l. 18).
 (B) **que** (l. 19).
 (C) **que** (l. 20).
 (D) **que** (l. 26).
 (E) **que** (l. 32).

Instrução: As questões **07** a **12** referem-se ao texto abaixo.

A língua do Brasil amanhã

01. Ouvimos com frequência opiniões alarmantes a
 02. respeito do futuro da nossa língua. ___ vezes se diz
 03. que ela vai simplesmente desaparecer, em benefício de
 04. outras línguas supostamente expansionistas (em especial
 05. o inglês, atual candidato número um a língua universal);
 06. ou que vai se "misturar" com o espanhol, formando o
 07. "portunhol"; ou, simplesmente, que vai se corromper
 08. pelo uso da gíria e das formas populares de expressão
 09. (do tipo: *o casaco que cê ia sair com ele tá rasgado*).
 10. Aqui pretendo trazer uma opinião mais otimista: a
 11. nossa língua, estou convencido, não está em perigo de
 12. desaparecimento, muito menos de mistura. Por outro
 13. lado (e não é possível agradar a todos) acredito que
 14. nossa língua está mudando, e certamente não será a
 15. mesma dentro de vinte, cem ou trezentos anos.
 16. O que é que poderia ameaçar a integridade ou
 17. a existência da nossa língua? Um dos fatores,
 18. frequentemente citado, é a influência do inglês – o
 19. mundo de empréstimos que andamos fazendo para
 20. nos expressarmos sobre certos assuntos.
 21. Não se pode negar que o fenômeno existe; o que
 22. mais se faz hoje em dia é surfar, deletar ou tratar do
 23. *marketing*. Mas isso não significa o desaparecimento
 24. da língua portuguesa. Empréstimos são um fato da
 25. vida e sempre existiram. Hoje pouca gente sabe disso,
 26. mas *avalanche*, *alfaiate*, *tenor* e *pingue-pongue*
 27. são palavras de origem estrangeira; hoje já se
 28. naturalizaram, e certamente ninguém vê ameaça
 29. nelas. Afinal de contas, quando se começou a jogar
 30. aquela bolinha em cima da mesa, precisou-se de um
 31. nome; podíamos dizer *tênis de mesa*, e alguns tentaram,
 32. mas a palavra estrangeira venceu – só que virou
 33. portuguesa, hoje vive entre nós como uma imigrante já
 34. casada, com filhos brasileiros etc. Perdeu até o sotaque.
 35. Quero dizer que não há o menor sintoma de que os
 36. empréstimos estrangeiros estejam causando lesões na
 37. língua portuguesa; a maioria, aliás, desaparece em
 38. pouco tempo, e os que ficam se assimilam. Como toda
 39. língua, o português precisa crescer para dar conta das
 40. novidades sociais, tecnológicas, artísticas e culturais; e
 41. pode aceitar empréstimos – *ravióli*, *ioga*, *chucrute*,
 42. *balé* – e também pode (e com maior frequência)
 43. criar palavras a partir de seus próprios recursos –
 44. como *computador*, *ecologia*, *poluição* – ou então esten-
 45. der o uso de palavras antigas a novos significados –
 46. *executivo* ou *celular*, que significam coisas hoje que
 47. não significavam ___ vinte anos. Isso está acontecendo
 48. a todo o tempo com todas as línguas, e nunca levou
 49. nenhuma delas ___ extinção.

Adaptado de PERINI, M. A. *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. Páginas 11-14.

07. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das linhas 02, 47 e 49 do texto, respectivamente.

- (A) As – a – a
- (B) Às – há – à
- (C) As – há – a
- (D) Às – a – a
- (E) Às – a – à

08. Considere as seguintes afirmações sobre algumas das ideias do texto.

I - Segundo o autor, a língua portuguesa não corre o risco de desaparecer ou ter sua identidade alterada. Contudo, é preciso estar atento ao uso demasiado de estrangeirismos, que podem, no longo prazo, ameaçar a integridade da língua.

II - Existem palavras da língua portuguesa que têm sua origem estrangeira e que nunca foram aportuguesadas, como *ravióli*, *ioga*, *chucrute*, *balé*, que mantêm sua pronúncia original.

III- Além de a língua contar com novas palavras, criadas no seio da própria língua (*computador*, por exemplo), o autor destaca que palavras antigas na língua podem receber novos significados com o passar do tempo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

09. Assinale **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) nas afirmações a seguir sobre algumas das ideias do texto.

- () Os empréstimos linguísticos são um fenômeno relativamente recente na língua, um reflexo de atividades modernas, como surfar, deletar e lidar com vocábulos da área do *marketing*.
- () A língua portuguesa está mudando mais rapidamente hoje do que antigamente para que seu vocabulário possa abarcar novidades de ordem social, tecnológica, artística e cultural.
- () Todas as línguas podem receber a influência de empréstimos linguísticos, não apenas a língua portuguesa.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – F – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – F.

10. O autor apresenta *o casaco que cê ia sair com ele tá rasgado* (l. 09) como exemplo de uso de gírias e expressões populares. Assinale a alternativa que apresenta uma possível reescrita dessa frase, de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

- (A) O casaco que você sairia está rasgado.
- (B) O casaco que você sairia com ele está rasgado.
- (C) O casaco com o qual você sairia está rasgado.
- (D) O casaco com que tu sairia está rasgado.
- (E) O casaco que tu irias sair está rasgado.

11. Assinale a alternativa que apresenta uma oração que **NÃO** desempenha a função de objeto direto.

- (A) *que vai se "misturar" com o espanhol, formando o "portunhol"* (l. 06-07).
- (B) *que nossa língua está mudando* (l. 13-14).
- (C) *que andamos fazendo para nos expressarmos sobre certos assuntos* (l. 19-20).
- (D) *que o fenômeno existe* (l. 21).
- (E) *que não há o menor sintoma de que os empréstimos estrangeiros estejam causando lesões na língua portuguesa* (l. 35-37).

12. Assinale a alternativa que contém apenas palavras empregadas como adjetivos no texto.

- (A) *alarmantes* (l. 01) – *expansionistas* (l. 04) – *certamente* (l. 14).
- (B) *otimista* (l. 10) – *integridade* (l. 16) – *fatores* (l. 17).
- (C) *possível* (l. 13) – *influência* (l. 18) – *portuguesa* (l. 24).
- (D) *estrangeira* (l. 27) – *casada* (l. 34) – *menor* (l. 35).
- (E) *portuguesa* (l. 33) – *imigrante* (l. 33) – *brasileiros* (l. 34) – *novidades* (l. 40).

Instrução: As questões 13 a 24 referem-se ao texto abaixo.

01. Todo mundo teve ao menos uma namorada esquisita,
 02. comigo não foi diferente. Beber é trivial, bebe-se por
 03. prazer, para comemorar, para esquecer, para suportar
 04. a vida, mas beber para ficar de ressaca nunca tinha
 05. visto. Essa era Stela, ela bebia em busca do lado escuro
 06. do porre. Acreditava que precisava desse terremoto
 07. orgânico para seu reequilíbrio espiritual.
 08. Sua ressaca era diferente, não como a nossa, tingida
 09. de culpa pelo excesso. A dela era almejada, portanto
 10. com propriedades metafísicas. Nem por isso passava
 11. menos mal, sofria muito, o desconforto era visível,
 12. pungente. Tomava coisas que poucos profissionais
 13. do copo se arriscariam, destilados das marcas mais
 14. diabo. Ou então era revés de um vinho da Serra com
 15. nome de Papa, algo que nem ao menos rolha tinha,
 16. era de tampinha. Bebida que, com sua qualidade,
 17. desonrava, simultaneamente, os vinhos e o pontífice.
 18. Não era masoquismo. Acompanhando suas
 19. peregrinações éticas, cheguei a outra conclusão: ela
 20. realmente precisava daquilo. Stela inventara uma
 21. religião do Santo Daime particular, caseira, sabia que
 22. era preciso passar pelo inferno para vislumbrar o céu.
 23. Os porres eram uma provação cósmica, um ordálio
 24. voluntário, um encontro reverencial com o sagrado.
 25. Depois da devastação do pileque, ela ficava melhor.
 26. Uma lucidez calma a invadia, sua beleza readquiria os
 27. traços que a marcavam, seus olhos voltavam ao
 28. brilho que me encantara. Tinha mergulhado no poço
 29. da existência e reavaliado seus rumos. Durante dias a
 30. paz reinava entre nós e entre ela e o mundo.
 31. Mas bastava uma nova dúvida em sua vida, uma
 32. decisão a tomar, e ela requisitava mais um inferno para
 33. se repensar. A rotina era extenuante. Quem aguenta uma
 34. mulher que, em vez de falar sobre a vida, mergulha
 35. num porre xamânico? Mas o amor perdoa. Lá estava
 36. eu ajudando-a a levantar-se de mais uma triste
 37. manguaça. Fiquei *expert* em reidratar e reanimar mortos,
 38. em contornar enxaquecas siderais e em amparar dengues
 39. existenciais.
 40. Amava Stela pela inusitada maneira de consultar o
 41. destino. Triste era o desencontro. Eu cansado por
 42. cuidá-la depois de uma noite mal dormida, servindo de
 43. enfermeiro, e ela radiante, prenha da energia que a
 44. purgação lhe rendera.
 45. Stela era irredutível no seu método terapêutico,
 46. dizia que só nesse estado se encontrava com o melhor
 47. de seu ser. Reiterava que era mais sábia durante o
 48. martírio. Insistia que, sóbria, em seu estado normal,
 49. sofria de um otimismo injustificado que lhe turvava a
 50. realidade. Seu lema era: "Só na ressaca enxergamos o
 51. mundo como ele é".
 52. Um dia, sem muitas palavras, Stela foi embora.
 53. Alguma ressaca oracular deve ter lhe dito que eu não
 54. era bom para seu futuro. Não a culpo.

Adaptado de: CORSO, M. *O valor da ressaca*. Zero Hora, n. 18489, 02/04/2016. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/zero-hora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a5711255.xml&template=3916.dwt&edition=28691§ion=4572>. Acessado em 02/04/2016.

13. Identifique a alternativa que apresenta uma interpretação adequada, no contexto em que se encontra, da frase que inicia o quinto parágrafo do texto.

- (A) Diante de uma dúvida ou decisão a tomar, Stela pedia ajuda ao namorado.
 (B) Diante de uma dúvida ou decisão a tomar, Stela refugiava-se em lugares pouco acessíveis.
 (C) Diante de uma dúvida ou decisão a tomar, Stela tomava um porre para ficar de ressaca.
 (D) Diante de uma dúvida ou decisão a tomar, Stela ia a lugares agitados para pensar sobre si mesma.
 (E) Diante de uma dúvida ou decisão a tomar, Stela sentia necessidade de infernizar a vida do namorado.

14. Considere as afirmações a seguir a respeito do uso de expressões referenciais no texto.

- I - A expressão **o pontífice** (l. 17) faz referência ao vinho que Stela costumava tomar.
 II - O pronome pessoal **a** (l. 26) faz referência a Stela.
 III- A expressão **a purgação** (l. 43-44) faz referência ao desencontro entre Stela e o namorado.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e II.
 (E) Apenas II e III.

15. Assinale a alternativa em que o trecho extraído do texto **NÃO** contém expressão com sentido metafórico.

- (A) **terremoto orgânico** (l. 06-07)
 (B) **a nossa, tingida de culpa** (l. 08-09)
 (C) **requisitava mais um inferno para se repensar** (l. 32-33)
 (D) **poço da existência** (l. 28-29)
 (E) **otimismo injustificado** (l. 49)

16. Considere as afirmações a seguir sobre o uso de pronomes oblíquos de terceira pessoa no texto.

- I - O pronome **se** (l. 13) é um pronome recíproco.
 II - O pronome **se** (l. 33) é um pronome reflexivo.
 III- O pronome **se** (l. 36) é um pronome recíproco.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e II.
 (E) Apenas II e III.

17. Assinale a alternativa que apresenta uma forma verbal que expressa o sentido contextual da palavra **turvava** (l. 49).

- (A) distorcia
- (B) refletia
- (C) repetia
- (D) endurecia
- (E) esclarecia

18. Assinale a alternativa em que o trecho do texto contém oração na voz passiva.

- (A) **Beber é trivial, bebe-se por prazer, para comemorar, para esquecer, para suportar a vida, mas beber para ficar de ressaca nunca tinha visto.** (l. 02-05)
- (B) **Sua ressaca era diferente, não como a nossa, tingida de culpa pelo excesso.** (l. 08-09).
- (C) **Uma lucidez calma a invadia, sua beleza readquiria os traços que a marcavam, seus olhos voltavam ao brilho que me encantara.** (l. 26-28)
- (D) **Eu cansado por cuidá-la depois de uma noite mal dormida, servindo de enfermeiro, e ela radiante, prenha da energia que a purgação lhe rendera.** (l. 41-44)
- (E) **Insistia que, sóbria, em seu estado normal, sofria de um otimismo injustificado que lhe turvava a realidade.** (l. 48-50)

19. Considere as afirmações a seguir.

- I - O pronome **a** (l. 26) exerce a função de objeto direto.
- II - O pronome **lhe** (l. 44) exerce a função de complemento nominal.
- III- O pronome **lhe** (l. 53) exerce a função de objeto indireto.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

20. Considere as propostas a seguir de substituição de formas verbais do texto.

- I - Substituição de **inventara** (l. 20) por **havia inventado**.
- II -Substituição de **marcavam** (l. 27) por **marcariam**.
- III- Substituição de **tinha mergulhado** (l. 28) e **reavaliado** (l. 29) por **mergulhara** e **reavaliara**, respectivamente.

Quais mantêm o sentido literal das frases em que se encontram?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas I e III.

21. Assinale a alternativa que apresenta a classificação gramatical da palavra **A** da linha 09, da palavra **a** da linha 19 e da palavra **a** da linha 54, respectivamente.

- (A) preposição – artigo definido – pronome pessoal
- (B) pronome pessoal – artigo definido – preposição
- (C) pronome pessoal – preposição – pronome pessoal
- (D) artigo definido – preposição – pronome pessoal
- (E) artigo definido – artigo definido – preposição

22. Assinale a alternativa em que a palavra extraída do texto **NÃO** apresenta, em sua formação, processo de derivação prefixal.

- (A) **reequilíbrio** (l. 07)
- (B) **realmente** (l. 20)
- (C) **readquiria** (l. 26)
- (D) **reavaliado** (l. 29)
- (E) **reanimar** (l. 37)

23. Considere as seguintes formas encontradas no texto.

- I - **por** (l. 10)
- II - **pelo** (l. 22)
- III- **pela** (l. 40)
- IV - **por** (l. 41)

Quais veiculam ideia de causa?

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) Apenas I, III e IV.

24. Em qual das linhas do texto referidas abaixo a palavra **que** é uma conjunção integrante?

- (A) Linha 06.
- (B) Linha 12.
- (C) Linha 15.
- (D) Linha 34.
- (E) Linha 49.

25. Assinale a alternativa que contém apenas direitos sociais, conforme o disposto no art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- (A) Moradia, alimentação e defesa do consumidor.
- (B) Garantia às presidiárias de permanecerem com seus filhos durante a amamentação.
- (C) Assistência aos desamparados, segurança e previdência social.
- (D) Educação, transporte e acesso à informação.
- (E) Criação de associações e cooperativas independentemente de autorização.

26. Quanto aos princípios gerais do Sistema Tributário Nacional estabelecidos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Os Estados podem instituir tributos, tais como taxas e contribuições de interesse das categorias profissionais.
- (B) As normas gerais sobre prescrição e decadência, em âmbito tributário, devem ser definidas em lei complementar.
- (C) As contribuições de intervenção no domínio econômico são instituídas exclusivamente pela União.
- (D) O tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas é possibilitado pelo Sistema Tributário Nacional.
- (E) O Distrito Federal pode ter um regime único de arrecadação de impostos, opcional para os contribuintes.

27. Analise as seguintes afirmações tendo em vista a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- I - Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo.
- II - O Ministério Público possui autonomia administrativa e entre seus princípios institucionais estão a unidade e a indivisibilidade.
- III- Magistrados e membros do Ministério Público possuem as garantias da vitaliciedade, da inamovibilidade e da irredutibilidade de subsídio.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III.

28. Da leitura do art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no que se refere à organização político-institucional brasileira, depreende-se que

- (A) o sistema de governo é presidencialista.
- (B) o poder é dividido em Executivo, Legislativo e Judiciário.
- (C) a soberania é popular.
- (D) o voto é direto e secreto.
- (E) o plebiscito é um instrumento de democracia direta.

29. Tendo em vista as regras previstas na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul com relação ao Poder Legislativo, em especial ao processo legislativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) A iniciativa popular, restrita às leis ordinárias e complementares, será tomada por, no mínimo, um por cento do eleitorado que tenha votado nas últimas eleições gerais do Estado, distribuído, no mínimo, em um décimo dos Municípios, com não menos de um por cento dos eleitores de cada um deles.
- (B) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos Deputados, bem como de, no mínimo, mais da metade das Câmaras Municipais, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (C) As leis, tendo em vista o *caput* do art. 67, vigorarão a partir do quadragésimo quinto dia de sua publicação oficial, salvo se, para tanto, estabelecerem outro prazo.
- (D) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe, entre outros, a qualquer membro ou comissão técnica da Assembleia Legislativa, à Mesa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça e às Câmaras Municipais.
- (E) A Assembleia Legislativa, mediante requerimento subscrito pela maioria de seus membros, pode retirar da ordem do dia, em caso de convocação extraordinária, projeto de lei que tenha tramitado no Poder Legislativo por, no mínimo, trinta dias.

30. A partir da previsão da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul com relação à iniciativa para propor ação de inconstitucionalidade, assinale a afirmação correta.

- (A) O Governador do Estado e a Mesa da Assembleia Legislativa têm legitimidade para propor ação de inconstitucionalidade de lei estadual e de lei municipal.
- (B) O Procurador-Geral de Justiça e o Defensor Público-Geral do Estado têm legitimidade para propor ação de inconstitucionalidade de lei estadual e de lei municipal.
- (C) O Prefeito Municipal e a Mesa da Câmara Municipal têm legitimidade para propor ação de inconstitucionalidade de lei municipal e não têm legitimidade para propor ação de inconstitucionalidade de lei estadual.
- (D) O partido político com representação na Assembleia Legislativa tem legitimidade para propor ação de inconstitucionalidade de lei estadual e de lei municipal.
- (E) As entidades de defesa de interesses comunitários legalmente constituídas há mais de um ano têm legitimidade para propor ação de inconstitucionalidade de lei estadual e de lei municipal.

31. Com base na previsão da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul sobre a Justiça Militar, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os servidores militares estaduais nos crimes militares definidos em lei.
- (B) Os Juízes do Tribunal Militar do Estado terão vencimento, vantagens, direitos, garantias, prerrogativas e impedimentos iguais aos dos Juízes de Primeiro Grau da Justiça Comum.
- (C) Compete ao Tribunal Militar do Estado prover, na forma da lei, por ato do Presidente, os cargos de Juiz-Auditor e os dos servidores vinculados à Justiça Militar.
- (D) A estrutura dos órgãos da Justiça Militar, as atribuições de seus membros e a carreira de Juiz-Auditor serão estabelecidas na Lei de Organização Judiciária, de iniciativa do Tribunal de Justiça.
- (E) Compete ao Tribunal Militar do Estado, além das matérias definidas na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul sobre a justiça militar, julgar os recursos dos Conselhos de Justiça Militar.

32. Tendo em vista a redação da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul sobre o Poder Executivo, assinale a afirmação correta.

- (A) O Governador do Estado, admitida a acusação pelo voto de dois terços dos Deputados, será submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns, ou perante a Assembleia Legislativa, nos crimes de responsabilidade.
- (B) Compete ao Governador, privativamente, prestar, por escrito e no prazo de sessenta dias, as informações que a Assembleia solicitar a respeito dos serviços a cargo do Poder Executivo.
- (C) Os Secretários de Estado, auxiliares do Governador, serão escolhidos dentre brasileiros maiores de dezoito anos e no exercício dos direitos políticos.
- (D) Compete ao Governador, privativamente, prestar à Assembleia Legislativa, até 15 de abril de cada ano, as contas referentes ao exercício anterior e apresentar-lhe o relatório de atividades do Poder Executivo, em sessão pública.
- (E) Em caso de impedimento simultâneo do Governador e do Vice-Governador, serão sucessivamente chamados a exercer o cargo de Governador o Presidente da Assembleia Legislativa, o Vice-Presidente da Assembleia e o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

33. Com relação às entidades da Administração Direta e Indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, com personalidade, patrimônio e receitas próprias, criadas por lei específica para exercer atividades típicas da administração pública.
- (B) As empresas públicas, que somente podem ser instituídas pela União para integrar a administração pública indireta, são pessoas de direito público, assim como seus bens.
- (C) As fundações que possuem natureza privada são somente criadas pelo Estado e não compõem a administração pública.
- (D) As sociedades de economia mista, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com a finalidade de explorar atividade econômica, dependem de lei específica para a sua instituição.
- (E) A integralidade das entidades que compõem a administração pública indireta destinam-se unicamente à exploração de atividade econômica e têm natureza jurídica de direito privado assim como seus bens são também privados.

34. Com relação à anulação e à revogação do ato administrativo, é correto afirmar que

- (A) a revogação de ato administrativo é competência e dever exclusivo do agente público que o praticou, enquanto que a anulação de ato administrativo por vício de legalidade somente compete ao Poder Judiciário.
- (B) a convalidação dos atos administrativos, que apresentem defeitos sanáveis e não acarretem lesão ao interesse público nem prejuízos a terceiros, está condicionada à sentença transitada em julgado.
- (C) a administração pública poderá anular, por conveniência ou oportunidade, os atos administrativos, a qualquer tempo ou qualquer hipótese, ainda que em caso de boa ou má-fé.
- (D) somente a administração pública tem o poder de revogar ou anular seus próprios atos administrativos.
- (E) considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

35. Com referência ao processo administrativo disciplinar relacionado a servidor do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, assinale a alternativa correta.

- (A) Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade ou infração funcional, a autoridade instauradora do processo administrativo disciplinar poderá determinar o afastamento preventivo do exercício das atividades do seu cargo, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, improrrogáveis, com prejuízo da remuneração.
- (B) Somente o Governador do Estado tem competência para determinar a realização de sindicância relativa a servidor público civil, determinando o prazo de sua conclusão, improrrogável.
- (C) O processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão composta por 3 (três) servidores estáveis, com formação superior, sendo pelo menos um com titulação em Ciências Jurídicas e Sociais, designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente.
- (D) A designação dos peritos deverá obedecer ao critério de capacidade técnica especializada, observadas as provas de habilitação estabelecidas em lei, vedada a escolha de pessoas estranhas ao serviço público estadual.
- (E) Apresentado o relatório, a comissão será desconstituída e não mais ficará à disposição da autoridade que houver instaurado o inquérito para qualquer esclarecimento ou providência julgada necessária.

36. Sobre o controle interno e externo da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O controle externo e interno da Administração Pública é exercido em conjunto e com independência pelos respectivos poderes, nos seus próprios âmbitos em cada esfera da Federação.
- (B) O parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas anualmente prestadas pelo Prefeito Municipal somente deixará de prevalecer por decisão da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.
- (C) As multas pecuniárias aplicadas pelo Tribunal de Contas aos administradores do Poder Judiciário serão cobradas dos responsáveis pelo próprio Tribunal de Contas.
- (D) As decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- (E) Todos os atos de admissão de pessoal da Administração Pública, a qualquer título, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão, serão submetidos previamente à apreciação de legalidade, para fins de registro, pelo Tribunal de Contas.

37. No que se refere à licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) Na fase de julgamento das propostas, todos os envelopes contendo as propostas dos licitantes serão abertos para o efetivo registro em ata por parte da Comissão de Licitação, ainda que os licitantes tenham sido inabilitados.
- (B) É vedada à Comissão de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- (C) Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.
- (D) Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, não poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional.
- (E) É permitida na licitação a utilização de critério de julgamento sigiloso, secreto ou reservado quando houver risco à segurança nacional.

38. Com referência à revogação e à anulação da licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- (B) A autoridade administrativa competente para a aprovação da licitação deve revogá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- (C) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade traz como consequência a obrigação de indenizar.
- (D) A nulidade do procedimento licitatório não afeta a validade do contrato.
- (E) O desfazimento da licitação, seja por revogação, seja por anulação, é de ordem pública, não havendo o direito ao contraditório pelo licitante interessado.

39. Acerca dos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) No Brasil, o poder regulamentar é autônomo, podendo suprir a ausência de previsão legal para a atribuição de competência administrativa.
- (B) Na anulação de ato administrativo predominam os poderes discricionários do administrador público.
- (C) No uso do poder hierárquico, a autoridade administrativa pode estabelecer ordens e proibições, que devem ser atendidas, ainda que manifestamente ilegais.
- (D) Considera-se poder de polícia a atividade do poder legislativo que estabelece normas gerais e abstratas que regulam o convívio social.
- (E) Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

40. Quanto à Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) As normas da Lei de Improbidade Administrativa não se aplicam a quem não seja agente público.
- (B) Os agentes de sociedades de economia mista, por estarem submetidos a uma relação de emprego, não estão submetidos aos comandos da Lei de Improbidade Administrativa.
- (C) A ação civil por ato de improbidade administrativa, por depender de atuação institucional e apuração de responsabilidades, só pode ser movida pelo Ministério Público.
- (D) Quando o Ministério Público ingressa com a ação civil de improbidade administrativa, a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.
- (E) O sucessor do causador do dano em ato de improbidade administrativa não sofre qualquer responsabilização patrimonial, ainda que tenha recebido herança ou legado do infrator.

41. Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito do instituto da coisa julgada no Direito Processual Civil.

- (A) A coisa julgada material é a imutabilidade da decisão judicial dentro do processo em que foi proferida.
- (B) A coisa julgada formal é a indiscutibilidade da decisão judicial no processo em que foi produzida ou em qualquer outro.
- (C) A coisa julgada *ultra partes* é aquela que somente vincula aqueles que figuraram no processo como parte.
- (D) A coisa julgada torna preclusa a possibilidade de discutir o deduzido e torna irrelevante suscitar o que poderia ser deduzido.
- (E) A coisa julgada *secundum eventum probationis* é aquela que somente é produzida quando a demanda for julgada procedente.

42. Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito dos efeitos dos recursos no Direito Processual Civil.

- (A) O efeito devolutivo provoca o impedimento da produção imediata dos efeitos da decisão impugnada.
- (B) O efeito regressivo impede o órgão jurisdicional *a quo* de rever a decisão recorrida.
- (C) O efeito expansivo subjetivo excepciona a regra de que a interposição do recurso produz efeitos apenas para o recorrente.
- (D) O efeito expansivo subjetivo não é admitido pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) O efeito translativo impede que o órgão judicial revisor se pronuncie de ofício.

43. Considerando o disposto na Lei Federal nº 7.347/85, um dos requisitos para a legitimidade de associação como autora de ação civil pública é estar constituída, nos termos da lei civil, há pelo menos

- (A) um ano.
- (B) dois anos.
- (C) três anos.
- (D) quatro anos.
- (E) cinco anos.

44. Nos termos da Lei Federal nº 4.717/65, o prazo de contestação de ação popular é de

- (A) 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental.
- (B) 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental.
- (C) 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental.
- (D) 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental.
- (E) 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova testemunhal.

45. Sobre os direitos da personalidade, é correto afirmar que

- (A) protegem, além do nome, o pseudônimo.
- (B) impedem quaisquer atos de disposição do próprio corpo.
- (C) abrangem os direitos morais e patrimoniais de autor.
- (D) podem ser objeto de renúncia pelo titular.
- (E) são passíveis de proteção apenas em relação a pessoas naturais.

46. Considere as afirmações abaixo sobre as causas de invalidade do negócio jurídico.

- I - O dolo de terceiro não invalida o negócio jurídico, ainda que seja do conhecimento da parte a quem aproveite.
- II - A anulação do negócio por estado de perigo pode ser evitada se a parte favorecida oferecer suplemento suficiente ou concordar com a redução do proveito.
- III - A anulabilidade do ato produz efeitos apenas depois de reconhecida em sentença.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

47. Considere as afirmações abaixo sobre a responsabilidade civil.

- I - A imputação do dever de indenizar do empregador por danos causados por seu empregado no exercício do trabalho que lhe competir prescinde da demonstração de culpa.
- II - O direito de exigir reparação é transmitido por herança.
- III - No caso de lesão à saúde, a indenização abrange apenas as despesas do tratamento e dos lucros cessantes.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas I e III.

- 48.** Sobre o direito das obrigações, é correto afirmar que
- (A) a cessão de crédito é eficaz para o devedor desde sua celebração.
 - (B) a obrigação solidária que se converta em perdas e danos perde esta qualidade.
 - (C) o direito à compensação não pode ser afastado por mútuo acordo das partes.
 - (D) a obrigação indivisível que se converta em perdas e danos não perde esta qualidade.
 - (E) o valor da cláusula penal, em qualquer situação, não pode exceder o da obrigação principal.

- 49.** Acerca dos princípios constitucionais que norteiam o Direito Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) O princípio da insignificância refere-se à aplicação da pena, impondo, em alguns casos, o reconhecimento de causa de diminuição de pena.
 - (B) O uso da norma penal em branco heterogênea constitui situação de violação ao princípio da legalidade.
 - (C) O princípio da coculpabilidade reconhece que o Estado também é responsável pelo cometimento de determinados delitos em razão das desigualdades sociais e econômicas. Tal circunstância pode ser considerada na dosimetria da pena, uma vez que o Código Penal prevê, no art. 66, uma atenuante inominada.
 - (D) A utilização da analogia pelo juiz para criar tipos penais e responsabilizar criminalmente acusados reincidentes não fere o princípio da legalidade, tendo em vista a norma inscrita no art. 1º do Código Penal.
 - (E) O princípio da pessoalidade da pena impede que a responsabilidade pela indenização do prejuízo que foi causado pelo autor do crime seja estendida aos seus herdeiros.

- 50.** Sobre a aplicação da lei penal, assinale alternativa correta.

- (A) Em se tratando de crimes temporários e excepcionais, a nova lei penal mais benéfica deverá ser aplicada retroativamente em benefício do réu, desde que encerrado o período de vigência da norma especial.
- (B) Em se tratando de crimes permanentes, a nova lei penal mais gravosa não poderá retroagir em relação aos fatos já realizados pelo agente; todavia, esta deverá ser utilizada pelo juiz no momento da prolação da sentença, caso se verifique a permanência delitiva após a sua entrada em vigor.
- (C) Segundo dispõe a legislação penal brasileira atualmente em vigor, em obediência ao princípio do *ne bis in idem*, não se admite que um cidadão brasileiro venha a ser processado novamente no território nacional caso tenha praticado um crime contra o patrimônio da União ou de empresa pública em um país estrangeiro e lá tenha sido absolvido.
- (D) Em se tratando de crimes praticados por estrangeiros contra brasileiros fora do território nacional, aquele poderá ser punido pela legislação brasileira mesmo que a conduta imputada não seja tipificada como ilícito penal no local dos fatos.
- (E) Segundo estabelece a Constituição Federal, vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores gozam de imunidade penal absoluta por todo e qualquer crime decorrente da manifestação de opiniões, palavras e votos praticado no exercício do mandato eletivo, desde que a realização da conduta delitiva tenha ocorrido nos limites territoriais do estado pelo qual foram eleitos.

- 51.** Considere as afirmações abaixo sobre a teoria do delito.

- I - A coação irresistível, desde que física, exclui o fato típico em relação ao coagido.
- II - O erro de tipo inevitável sobre os elementos objetivos do homicídio (art. 121, CP) e o erro de tipo evitável sobre elementos objetivos do crime de aborto provocado pela gestante (art. 124, CP) afastam a possibilidade de responsabilização criminal de seus autores.
- III - O erro relativo à pessoa, sendo acidental, não isenta de pena, não se considerando na apreciação do fato concreto as condições da vítima que o agente pretendia atingir, mas sim as condições daquela efetivamente atingida.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

52. Considere as seguintes afirmações sobre os crimes em espécie.

- I - O condenado pela prática de um crime de homicídio doloso qualificado, tendo sido reconhecido como reincidente pela sentença condenatória transitada em julgado, deverá cumprir, para fins de progressão de regime, no mínimo, 1/3 da pena imposta.
- II - Para a configuração típica do crime de peculato, basta que a conduta de apropriação ou desvio de um determinado bem seja realizada por funcionário público que o tenha em sua posse em razão do cargo, não importando se o bem em questão pertença ao patrimônio público ou particular.
- III - Segundo o atual entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, em se tratando dos crimes de lesão corporal praticados no âmbito da violência doméstica e familiar contra vítima do sexo feminino, a natureza da ação penal será pública, condicionada à representação da ofendida, quando os resultados atingidos forem leves, e pública, incondicionada, quando os resultados forem graves ou gravíssimos.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e II.
 (E) I, II e III.

53. Sobre ação penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas ações penais privadas subsidiárias das públicas, o prazo decadencial para oferecimento da queixa-crime inicia-se a partir da data em que o promotor de justiça recebeu o inquérito policial relatado com o indiciamento do suposto autor do fato.
- (B) O prazo para oferecimento da queixa-crime pelo ofendido prescreverá se não exercido dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados do dia em que se tomar conhecimento da autoria do delito.
- (C) A representação exige termo específico em que a vítima, representada por procurador com poderes especiais, declara expressamente que deseja representar contra o autor do fato.
- (D) Nas ações penais privadas e públicas, aplica-se o princípio da indivisibilidade e da indisponibilidade da ação penal.
- (E) Qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba ação penal pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações.

54. Sobre a competência no processo penal, assinale a alternativa correta.

- (A) No crime tentado, a competência é definida pelo local onde a conduta deveria produzir seu resultado.
- (B) Nos crimes de competência originária do Tribunal do Júri, se o juiz da pronúncia entender pela desclassificação do fato para crime menos grave e de competência diversa, deverá prontamente julgar o acusado, em respeito ao princípio da celeridade processual.
- (C) Nos casos em que houver a concorrência de dois ou mais juízes igualmente competentes, a competência será definida pela prevenção, considerando-se competente o juiz que primeiramente praticar algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que em momento anterior ao oferecimento da denúncia ou queixa.
- (D) A conexão entre diversos fatos criminosos praticados por uma pluralidade de agentes implica a unidade de processo e julgamento. Assim, se algum dos acusados gozar de prerrogativa de função, a competência em relação a todos os réus será do órgão julgador de maior hierarquia, não sendo admitida a separação dos processos.
- (E) Independentemente dos bens jurídicos afetados, os crimes praticados por Prefeitos Municipais serão julgados, originariamente, pelo Tribunal de Justiça do respectivo estado, ainda que, por ocasião do julgamento, já se tenha encerrado o exercício do mandato eletivo.

55. Sobre citação, intimação e notificação, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o réu estiver preso, será citado por intermédio de seu defensor.
- (B) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, o processo seguirá sem sua presença, devendo o juiz nomear defensor para patrocinar a sua defesa.
- (C) Se o acusado se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação por edital.
- (D) Será pessoal a intimação do Ministério Público e do defensor nomeado.
- (E) No Código de Processo Penal, não há previsão de intimação da sentença por edital.

56. Considere as seguintes afirmações sobre os recursos no processo penal.

- I - Da decisão que decretar a extinção da punibilidade pela prescrição, caberá a interposição de Recurso de Apelação, no prazo de 5 (cinco) dias, podendo a parte recorrente apresentar suas razões diretamente à instância superior.
- II - O Recurso em Sentido Estrito interposto em face de decisão de pronúncia tem efeito devolutivo e suspensivo, não sendo admissível a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri antes da sua apreciação pelo Tribunal.
- III- Em relação às sentenças proferidas no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, não serão admitidos Embargos de Declaração, e o Recurso de Apelação deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II.
(C) Apenas III.
(D) Apenas I e II.
(E) I, II e III.

57. Considere as afirmações a seguir, tendo em vista as disposições da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

- I - O regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado, das autarquias e fundações públicas será único e estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- II - Lei Complementar, de iniciativa do Poder Judiciário, estabelecerá os critérios objetivos de classificação dos cargos públicos do Poder.
- III- As carreiras, em qualquer dos Poderes, serão organizadas de modo a favorecer o acesso generalizado aos cargos públicos.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II.
(C) Apenas III.
(D) Apenas I e III.
(E) I, II e III.

58. Com base nas disposições da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) Os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário poderão ser superiores aos cargos dos demais poderes.
- (B) O índice de reajuste dos vencimentos dos servidores poderá, em casos excepcionais, ser inferior ao necessário para repor seu poder aquisitivo.
- (C) Somente o tempo de serviço federal prestado à administração pública direta e indireta, inclusive fundações públicas, será computado integralmente para fins de gratificações e adicionais por tempo de serviço, aposentadoria e disponibilidade.
- (D) Os servidores estaduais somente serão indicados para participar em cursos de especialização ou capacitação técnica profissional no Estado, no País ou no exterior, com custos para o Poder Público, quando houver correlação entre o conteúdo programático de tais cursos e as atribuições do cargo ou função exercidos.
- (E) O servidor poderá ser diretor ou integrar conselho de empresas fornecedoras ou prestadoras de serviços ou que realizem qualquer modalidade de contrato com o Estado, desde que isso não prejudique a prestação de serviço junto ao órgão público.

59. Assinale a afirmativa **INCORRETA** com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos estabelecidos pela Constituição Federal.

- (A) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- (B) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- (C) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- (D) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas às qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- (E) É absolutamente inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.

60. Sobre a Constituição Federal, considere as afirmações abaixo.

- I - Às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos até que esses venham a completar dois (2) anos de idade.
- II - A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- III- Não haverá prisão civil por dívida de qualquer natureza.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e II.
 (E) I, II e III.

61. Considere as afirmações a seguir, tendo em vista as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

- I - Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- II - Na hipótese de licitação na modalidade convite, existindo na praça mais de 3 (três) possíveis interessados, a cada novo convite, realizado para objeto idêntico ou assemelhado, é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações.
- III- É possível a criação de outras modalidades de licitação além daquelas elencadas pela lei, quando o caso concreto assim demandar.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e II.
 (E) I, II e III.

62. Assinale qual das situações abaixo **NÃO** caracteriza hipótese de dispensa de licitação, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993.

- (A) Em casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- (C) Quando da aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- (D) Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- (E) Na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

63. Considere as afirmações a seguir, tendo em vista as disposições da Lei Complementar nº 10.098/1994 do Estado do Rio Grande do Sul.

- I - A apuração do tempo de serviço será feita em semanas ou meses.
- II - É considerado de efetivo exercício o afastamento do serviço em virtude de participação em programas de treinamento regularmente instituídos, correlacionados às atribuições do cargo.
- III- Computar-se-á parcialmente, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço ativo nas forças armadas e auxiliares prestado durante a paz.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas III.
 (D) Apenas I e II.
 (E) I, II e III.

64. Assinale a alternativa correta, segundo a Constituição Federal.

- (A) Dependem de prévia aprovação em concurso público a investidura em cargo ou emprego público e as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (B) O prazo de validade do concurso público é de dois anos e improrrogável.
- (C) A acumulação remunerada vedada de cargos públicos não abrange os empregos públicos porque esses são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- (D) A vedação de acumulação remunerada de cargos, empregos públicos e funções não inclui as entidades da administração pública indireta.
- (E) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional no exercício de mandato eletivo de Prefeito será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

65. Assinale a alternativa correta, segundo a Constituição Federal.

- (A) O servidor público no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou distrital somente ficará afastado de seu cargo, excetuando emprego ou função, se integrar a administração pública direta.
- (B) O servidor público, em qualquer caso que exija o seu afastamento para o exercício de mandato eletivo, não terá direito a incluir este tempo de afastamento na contagem de seu tempo de serviço.
- (C) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação.
- (D) A criação de subsidiárias da empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, independe de autorização legislativa, face à autonomia atribuída a cada uma.
- (E) São estáveis após dez anos de efetivo exercício os ocupantes de cargos, empregos ou funções, nomeados ou contratados em virtude de prévia aprovação em concurso público independentemente de avaliação especial de desempenho.

66. Sobre as determinações da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) No Tribunal Pleno de Justiça do Estado, as decisões administrativas, bem como as de concurso em fase recursal para ingresso na magistratura de carreira, serão motivadas e reservadas sob sigilo e todas decididas pela maioria simples dos seus membros.
- (B) É competência exclusiva do Tribunal Pleno de Justiça do Estado, dentre outras, declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, pela maioria simples de seus membros.
- (C) Ao Tribunal de Justiça do Estado compete, além do que lhe for atribuído na Constituição Estadual e na lei, estabelecer o sistema de controle orçamentário interno do Poder Judiciário, para os fins previstos no art. 74 da Constituição Federal.
- (D) Podem propor a ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, ou por omissão, dentre outros, Comissão da Assembleia Legislativa do Estado ou Comissão da Câmara Municipal.
- (E) O Tribunal Militar do Estado compor-se-á de sete juízes militares, todos com investidura vitalícia, nomeados pelo Presidente da respectiva Corte, depois de aprovada a escolha pela Assembleia Legislativa do Estado.

67. Sobre as determinações da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) Competem à Procuradoria-Geral do Estado a representação judicial e a consultoria jurídica do Estado e, além de outras atribuições que lhe forem cometidas pela Constituição ou por lei, especialmente representar os interesses da administração pública estadual perante os Tribunais de Contas do Estado e da União.
- (B) Quando o Tribunal de Justiça do Estado decidir pela inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou de ato normativo, poderá, a qualquer tempo, promover a citação do Procurador-Geral de Justiça, que defenderá o ato ou texto legal impugnado.
- (C) Ao Ministério Público Estadual compete elaborar sua proposta orçamentária independente e livremente, face sua autonomia, em relação à lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) É garantia ampla dos membros do Ministério Público Estadual exercer, independentemente da data de ingresso e disponibilidade, qualquer outro cargo ou função pública, salvo magistério público.
- (E) É facultado aos Procuradores do Estado exercer qualquer outro cargo, emprego ou função pública, inclusive magistério público.

68. No que se refere à Lei Complementar nº 10.098/1994, do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) Recondução é o retorno do servidor, estável ou não, ao cargo anteriormente ocupado, ainda que o cargo de origem encontre-se provido.
- (B) Somente os servidores investidos em cargo em comissão terão substitutos apenas durante seus afastamentos eventuais. O substituto fará jus ao vencimento do cargo na proporção dos dias de efetiva substituição, desde que iguais ou superiores a trinta dias consecutivos ou intercalados.
- (C) Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- (D) Pelo exercício de suas atribuições regular ou irregular, o servidor responde civil, penal e administrativamente; a responsabilidade abrange somente crimes imputados ao servidor, excluídas as contra-venções.
- (E) Implicam em nulidade as irregularidades processuais no processo administrativo disciplinar, ainda que não qualificadas como vícios substanciais e que não influam na apuração da verdade ou decisão do processo.

69. No que diz respeito à Lei Complementar nº 10.098/1994, do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) Descabe no processo administrativo disciplinar a possibilidade de ser arguida a suspeição de qualquer dos membros da comissão respectiva.
- (B) A comissão, no processo administrativo disciplinar em espécie, somente poderá decidir com a presença da maioria simples dos seus membros.
- (C) A sindicância será sempre cometida a servidor de hierarquia igual ou superior à do implicado, se houver.
- (D) Durante o curso do processo administrativo disciplinar, é vedado à comissão tomar conhecimento de novas imputações que surgirem contra o indiciado.
- (E) O pedido de revisão, que pode ser interposto mais de uma vez no processo administrativo disciplinar, tem efeito suspensivo em qualquer hipótese e poderá implicar a agravação da pena.

70. Sobre Pregão, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá ser adotada a modalidade de Pregão para a aquisição de quaisquer bens e serviços. Bens e serviços comuns para os efeitos de Pregão são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade não dependam de especificações usuais no mercado.
- (B) A equipe de apoio da fase preparatória do Pregão deverá ser integrada em sua totalidade por servidores ocupantes de cargo efetivo ou em comissão, ou emprego da administração necessariamente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
- (C) Os licitantes apresentarão obrigatoriamente, sob pena de desqualificação, os documentos de habilitação, mesmo que já constantes do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), e de sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios.
- (D) O acolhimento de recurso no Pregão importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- (E) No Pregão, os licitantes deverão apresentar prévia e obrigatoriamente garantias idôneas da proposta.

71. No programa de apresentações MS-PowerPoint, podem-se definir a distribuição dos objetos (imagens e textos), o tipo de fonte e a cor de fundo, para todos os *slides* da apresentação. Tal definição deve ser feita no

- (A) cabeçalho e rodapé.
- (B) menu de Transição de *slides*.
- (C) *slide* Mestre.
- (D) folheto Mestre.
- (E) menu Personalizar apresentações.

72. Considere o seguinte extrato do *site* do Tribunal de Justiça Militar - RS e digitado no MS-Word.

Projeto Memória

O Projeto Memória do Tribunal de Justiça Militar, implantado em 2002, através da Resolução nº 6/02, de 08 de outubro, visa resgatar e conservar a história da Justiça Militar do Estado, o pensamento e a atuação dos seus integrantes desde sua criação, investigando as influências e o ambiente social de cada época.

Além da exposição, o banco de memória oral traz relatos, alguns inéditos, a respeito do ocorrido na Brigada Militar nos dias posteriores ao Movimento Insurgente de 1964, em uma coletânea de entrevistas publicada em dois livros, A Justiça Militar do Estado – Histórico e Depoimentos, v. 1, e Justiça Militar – Depoimentos, v. II.

Com relação a algumas formatações aplicadas ao texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O 1º parágrafo está com alinhamento "Esquerda", e o 2º parágrafo está com estilo de fonte "Itálico".
- (B) O 1º parágrafo está com alinhamento "Justificada", e o 2º parágrafo está com estilo de fonte "Itálico".
- (C) O 1º parágrafo está com alinhamento "Justificada", e o 2º parágrafo está com estilo de fonte "Negrito".
- (D) O 2º parágrafo está com alinhamento "Justificada" e com estilo de fonte "Itálico".
- (E) O 2º parágrafo está com alinhamento "Esquerda" e com estilo de fonte "Negrito".

73. No MS-Word, tem-se o recurso de formatação de parágrafo para que se especifiquem espaçamentos entre linhas e recuos do texto em relação às margens. Qual das alternativas a seguir **NÃO** é verdadeira com relação à formatação de parágrafos?

- (A) Quando se usa recuo pela esquerda, não se pode ter recuo pela direita no mesmo parágrafo.
- (B) O recuo pela direita define a distância de todo texto do parágrafo em relação à margem direita.
- (C) Podem-se usar espaçamentos verticais com diferentes quantidades de pontos para antes e para depois do parágrafo.
- (D) O recuo especial define uma distância em relação à margem esquerda somente para a primeira linha do parágrafo.
- (E) O espaçamento entre linhas do mesmo parágrafo pode ser definido com uma quantidade exata de pontos.

74. Considere a planilha eletrônica a seguir, construída com o MS-Excel, a partir de uma parte da Tabela de Emolumentos do TJ-RS.

	A	B	C	D
1	TJ-RS			
2		Índice reajuste (12,74%)-->	0,1274	
3	18 - Certificação eletrônica:	Valor antigo	Valor atual	
4	a) Registro de assinatura eletrônica, por semestre	198,33	223,60	
5	b) Reconhecimento de firma digital impressa	12,42	14,00	
6	c) Autenticação de cópia de documento com assinatura eletrônica	53,31	60,10	
7	d) Autenticação de cópia expedida em meio digital	35,39	39,90	
8	e) Autenticação de cópias eletrônicas impressas	12,42	14,00	
9	f) Reconhecimento de servidor	134,82	152,00	
10	g) Autenticação de fonte de documentos	134,82	152,00	
11	h) Reconhecimento de página eletrônica segura	134,82	152,00	
12	i) Digitalização de documentação por imagem	1,24	1,40	
13				
14				
15				

Fonte: site TJ-RS - 2016

Nessa planilha, deseja-se calcular o reajuste para 2016, aplicando-se o percentual de 12,74% sobre o valor antigo. A coluna B mostra o valor antigo, a célula B2 apresenta o reajuste sob a forma 12,74/100 (para facilitar os cálculos), e a coluna C receberá o valor atual. Para efetuar o referido cálculo, digita-se na célula C4 uma fórmula que calcula o reajuste com o percentual especificado. Em seguida, copia-se essa fórmula para as células C5 até C12. A fórmula digitada em C4 é

- (A) =B\$4*(1+B\$2)
- (B) =B4*(1+B2)
- (C) =B4*(1+B2/100)
- (D) =B4*(1+B\$2)
- (E) =B4*(1+B\$2/100)

75. Deseja-se calcular, por meio do MS-Excel, um valor usado em DOC bancário, chamado "Fator de Vencimento". Tal valor é o número de dias decorridos desde a implantação do sistema (07/10/1997) até a data de vencimento desejada. O Cálculo será feito na célula C1, que já foi formatada para número com zero casas decimais.

	A	B	C	D
1	07/10/1997	22/05/2016	6802	
2				

Considerando-se que se tem na célula A1 a data de 07/10/1997 e na célula B1 a data desejada, 22/05/2016, qual das fórmulas abaixo **NÃO** faria o cálculo correto?

- (A) = B1-A1
- (B) = DATA(2016;5;22)-A1
- (C) = B1-DATA(1997;10;7)
- (D) = DATA.VALOR("22/05/2016")-DATA.VALOR("07/10/1997")
- (E) = DATA(22;5;2016)-DATA.VALOR("07/10/1997")

76. No que se refere à proteção e segurança de computadores, numere a segunda coluna de acordo com a primeira, associando os conceitos às suas respectivas definições.

- (1) Vírus
- (2) Spyware
- (3) Bot

- () Programa projetado para monitorar as atividades de um sistema e enviar as informações coletadas para terceiros.
- () Programa que dispõe de mecanismos de comunicação com o invasor, permitindo que ele seja controlado remotamente.
- () Programa ou parte de um programa de computador, normalmente malicioso, que se propaga inserindo cópias de si mesmo e se tornando parte de outros programas e arquivos.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses da segunda coluna, de cima para baixo, é

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 2 – 3 – 1.
- (E) 3 – 2 – 1.

77. Em relação à criptografia, assinale a alternativa correta.

- (A) O acesso a um servidor *web* através de uma rede sem fio segura garante que todos os dados sejam criptografados entre o computador de acesso e o servidor.
- (B) A utilização de HTTPS no acesso a um servidor *web* garante que a etapa de transferência de dados seja criptografada.
- (C) A utilização de assinatura digital garante que o conteúdo dos arquivos assinados digitalmente sejam criptografados e confidenciais.
- (D) A utilização de criptografia na transferência de dados de um servidor *web* garante a inexistência de vírus nos arquivos transferidos.
- (E) A utilização de criptografia no acesso a uma rede assegura a integridade e autenticidade dos dados transferidos nessa rede.

78. Permitir que um programa receba dados da Internet, sem iniciar uma conexão, através da liberação de portas específicas dos protocolos de transporte, corresponde à ação de

- (A) executar a ferramenta de remoção de código malicioso.
- (B) atualizar a definição do programa antivírus.
- (C) adicionar um programa à lista de permissões do Firewall do Windows.
- (D) mover o programa para o Desktop.
- (E) copiar o programa para a pasta de sistema.

79. A configuração do local de rede Pública no Windows 7, na sua configuração padrão,

- (A) desativa a descoberta de rede.
- (B) desabilita a funcionalidade do *firewall*.
- (C) ativa o compartilhamento de impressoras.
- (D) bloqueia o *login* de administrador.
- (E) faz com que o nome do grupo de trabalho passe a ser "Windows".

80. Assinale a alternativa correta em relação ao utilitário de limpeza de disco do Windows 7.

- (A) Possibilita excluir todos os pontos de restauração, com exceção do mais recente do disco.
- (B) Permite recuperar os arquivos já excluídos da lixeira do Windows.
- (C) Desinstala automaticamente os programas sem utilização instalados no computador.
- (D) Elimina os arquivos armazenados na *cache* de memória.
- (E) Não atua sobre a pasta de sistema do Windows.